

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Gabriel Engelman de León Madeira

**Narrativas do Estrangeiro: o relato clínico em
psicanálise**

Porto Alegre

2017

Gabriel Engelman de León Madeira

NARRATIVAS DO ESTRANGEIRO: O RELATO CLÍNICO EM PSICANÁLISE

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Área de Habilitação: Psicologia

Orientador: Edson Luiz André de Sousa

Porto Alegre

2017

Gabriel Engelman de León Madeira

**NARRATIVAS DO ESTRANGEIRO: O RELATO CLÍNICO EM
PSICANÁLISE**

Conceito final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Comentador – Prof^ª. Manoel Luce Madeira – UFRGS

Orientador – Prof. Edson Luiz André de Sousa – UFRGS

Porto Alegre, dezembro de 2017

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade do conhecimento e
exercício de autoria;

Ao Marcelo, Catherine e demais familiares, pelo imenso carinho em apontarem rotas
possíveis e pela aposta em minhas andanças rumo ao desconhecido;

Ao Thiago, Fabrício e Lucas pela irmandade e amizade;

À Zaira, Luciano, Stela e José, pelo amparo sempre que foi preciso;

À Carol, Claudia, Ju, Cris, e todos amigos do cebb que fazem dessa existência algo tão
especial e raro;

À Gabriela, companheira de escritos e ousadias, ao Arthur e ao Sthefan, pela música e
irreverência compartilhada, à Jéssica pelas filosofias e extravagâncias étlicas;

À Francisca, Tábata, Rebeca, Letícia, Lia, Diogo, Felipe e demais amigos e colegas da
clínica por compartilhar histórias, afetos e seguirmos juntos nessa travessia;

Ao Luís, Júlia, Ana Paula, Mara, Alessandra, Natália e Gabriela pelos começos e
(des)caminhos;

Ao Edson, pelo aprendizado, camaradagem e aposta que tornou esse trabalho
verdadeiramente possível;

À Marta, pelos anos de produção e pela sábia companhia no labirinto psicanalítico;

E em especial a ti, caro estranho, com quem mal posso esperar que nos encontremos de
novo, e de novo, e de novo, outra vez.

Resumo

O presente trabalho é um exercício de reflexão oriundo da prática clínica na ênfase de processos clínicos, na clínica de atendimento psicológico da UFRGS, junto ao meu interesse sempre presente pela escrita literária. Somou-se a esses interesses algumas experiências com a questão do estrangeiro, tanto pessoais como derivados da clínica, que constituiu-se aqui um argumento fundamental para pensar o caso clínico em psicanálise: o caso clínico teria uma estrutura de estrangeiro. A primeira parte do trabalho centra-se na questão das narrativas, explorando a prática das ficções dos mitos e de si mesmo no espaço analítico. Segue-se com uma pesquisa bibliográfica sobre o relato clínico em psicanálise intercalada com recortes de dois casos atendidos ao longo do ano, e pensa-se a partir disso o caso como uma língua estrangeira a ser decifrada. Por fim, trata-se sobre o significante estrangeiro, suas ligações com o *unheimlich* e algumas experiências pessoais do intercâmbio realizado durante a graduação.

Palavras-Chave: estrangeiro, relato clínico, narrativa, escrita, língua, alteridade, ficção

Esta língua não é minha,
qualquer um percebe.
Quando o sentido caminha,
a palavra permanece.
Quem sabe mal digo mentiras,
vai ver que só minto verdades.
Assim me falo, eu, mínima,
quem sabe, eu sinto, mal sabe.
Esta não é minha língua.
A língua que eu falo trava
uma canção longínqua,
a voz, além, nem palavra.
O dialeto que se usa
à margem esquerda da frase,
eis a fala que me lusa,
eu, meio, eu dentro, eu, quase.

Leminski

1. Narrando histórias, mitos e eus

*Do I contradict myself?
Very well then I contradict myself
(I am large, I contain multitudes)*
Walt Whitman, Song of myself

Poderíamos tomar o ato de narrar dos pacientes ao longo das sessões de maneira análoga ao que faz o narrador de Benjamin? Isto é, aquele que transmite uma experiência, um saber? Baseando-se na obra de Leskov, Benjamin (1936) persegue a tese de que o espaço da narrativa oral, junto a sua função de dar conselhos, perdeu lugar com o advento da modernidade e do romance como visto em Cervantes, Balzac e Flaubert. Ele evidencia ainda um declínio e deterioração desta antiga arte e de certa função do romance, com o advento da informação pelos meios de comunicação em massa. “A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa” (pag 220).

Subjetivados pelo advento da informação massificada numa era em que o que se destaca tem um caráter espetaculoso, constatamos hoje certa pobreza de recursos narrativos nos pacientes que chegam para serem escutados. Por essa razão, a narração oral, talvez não da maneira como Leskov e Benjamin a advogassem, estaria no cerne da experiência que partilhamos em escutar um sujeito. Antes de contar uma história que fora vivenciada por terceiros e da qual nada diz respeito ao falante, exceto por talvez certas mitologias neuróticas que se transmitem com valor de enigma por gerações e o próprio lugar simbólico do sujeito em seu contexto, o ganho de uma análise exitosa seria a capacidade do sujeito narrar, com graus de sutilezas variados, sua própria história enquanto personagem e, conseqüentemente, de uma verdade inconsciente pertencente àquele escritor ocluso que pensa ser “eu”.

Sobre esta autoria que pode ser levemente atribuída ao “eu”, sabemos como, na psicanálise, ela é na verdade uma miragem, um fenômeno muito mais complexo e heterogêneo do que se supõe. Não há de fato um eu coeso e estável que pode ser referido como o autor ou o escritor de uma história de vida, de um escrito ou obra literária. O que

temos é uma proliferação de vozes narrativas e de posições simbólicas (ambas atravessadas por instituições históricas específicas) para se encadear um dizer que, quando passadas à luz da consciência e da razão, recaem sob a batuta do nome próprio.

Ilustremos essa concepção do eu como miragem com uma obra do artista colombiano Oscar Muñoz. Muñoz, afinado tanto a questões estéticas como políticas do contemporâneo, desenvolve um trabalho que trata da fugacidade e o anonimato do eu nas metrópoles e do que se grava ou esquece das imagens, como na projeção “Proyecto para un memorial” (2004) onde pinta com água rostos de vítimas da violência na Colombia sobre uma pedra ao sol, ou mesmo em “Aliento” (1995), onde rostos de obituários aparecem fantasmagoricamente ao espectador quando este bafora sobre um espelho côncavo. Mas é em “Narciso” que a reflexão se dá de modo particularmente contumaz:



Stills do videoclipe Narciso (2008) – **Oscar Muñoz**

Na projeção de três minutos, vemos como o retrato feito com pó de carvão sobre

uma pia cheia de água deforma-se ao longo do tempo, dado o escoamento vagaroso do ralo. A tomar pelo título “Narciso”, a obra confronta o espectador com a fugacidade da nossa autoimagem, da sensação de um Eu que, apesar de parecer íntegro e sólido, está em constante mudança com a passagem do tempo, interpéries da vida e envelhecimento do corpo, chegando a perder a coesão para tornar-se um borrão disforme engolido pelas nossas lembranças. O que a reflexão sobre aquilo que chamamos de Eu propiciada pelo trabalho de análise suscita é que jamais chegamos a nos conhecer por completo, e a radicalidade da condição de estrangeiro ou estranho nos constitui como aquilo que é mais familiar em nós mesmos; ou, como Rimbaud já havia antecipado: *je est un autre*.

No entanto, como Kehl rapidamente aponta, nós, “neuróticos comuns”, organizamos nossas histórias de vida como se fossem romances, com um eu-personagem central, pois “não suportamos o caos, a errância, a passagem do tempo nos conduzindo para onde não podemos prever e nos modificando de maneiras que não conseguimos controlar”. (p. 58). Essa maneira de organizar nossas narrativas, diz respeito à ascensão da subjetividade moderna e burguesa como modelo social, delimitada por um sentido da vida que outrora era previamente designado pela religião ou pela tradição cultural de determinado contexto, como é o caso das narrativas orais. O que a autora frisa através de todo o escrito é a condição de solidão e desamparo que o homem moderno é relegado: no próprio ato de vir à luz como uma forma de interioridade, o sujeito moderno se apercebe completamente só em seu solilóquio cartesiano.

Assim, a literatura, além de produzir sentidos novos a partir de suas narrativas, possibilita aos leitores “aquecer suas vidas geladas” por meio do encanto produzido com as histórias. Não haveria similar enlevo em escutarmos as narrativas, sejam estas trágicas ou espirituosas, daqueles que nos tomam como depositários de suas lembranças? Ou mesmo ficcioná-las mais tarde, buscando elucidá-las, transmitindo sua experiência por meio do relato de caso em nossas supervisões ou em conversas com nossos pares? A narrativa em análise exigiria assim certo esforço de “edição” de uma história, tal como no cinema, na montagem ou na colagem por parte do terapeuta que escuta.

Benjamin (1933) problematiza a questão da transmissão da experiência de um saber, em seu texto “Experiência e pobreza”. Através da parábola do velho que revela a existência de um tesouro oculto nos vinhedos, no qual os filhos nada encontram a não ser uma colheita mais frutífera para então darem-se conta de que o pai havia transmitido uma certa experiência do valor do trabalho, o autor questiona o papel desse tipo de ato

transgeracional numa época marcada pelos horrores da guerra, da impetuosidade da técnica e a sobriedade do vidro, que parecem obliterar qualquer espécie de transmissão oral. Presentemente, num plano em que a técnica transfigurou-se em certo automatismo que normatiza a experiência e a sobriedade do vidro dita as vias pelas quais construiremos os laços sociais, tais questionamentos parecem se manter contemporâneos.

Talvez o empobrecimento da experiência e conseqüentemente das próprias narrativas individuais e coletivas, uma arte que segundo Benjamin está em vias de extinção, encontre na escuta psicanalítica uma espécie de remédio, no que diz respeito a propiciar que o sujeito crie uma versão singular da história que o Outro contou de si próprio, fazendo assim um recorte ou tecendo um estilo que possa lhe ser minimamente seu. A própria etimologia da palavra estilo vem do latim *stilus*, que designava um pequeno instrumento metálico com uma ponta aguda e outra com uma pequena espátula que servia para escrever sobre tábuas cobertas com uma camada de cera, através de incisão ou *punção* sobre a mesma. Se era preciso apagar um erro, ou mesmo um escrito inteiro para escrever outra coisa, alisava-se a cera com a outra extremidade do *stilus* que se servia de uma pequena espátula, fazendo assim “tabula rasa”. Estilo, portanto, tem uma estreita relação com o ato de corte.

Sousa (2001) aponta a necessidade de certa condição de exílio para aquele que enfrenta o desafio de um ato de escritura verdadeiro, ou seja, um escrito que produz um sujeito. Condição esta que implica perseguir uma familiaridade perdida, seja com nossos escritos ou com nossas leituras. A inibição com a escrita seria uma consequência direta de uma excessiva familiaridade com a língua, ou uma impossibilidade de instaurar para o sujeito um lugar de exílio. Esse exílio, para o autor, não vem sem consequências, que podem também constituir um certo risco corporal, tal é a potência do ato de escrita na língua: “não há nada que garanta que o golpe do estilo – ou estilete – não escorregará do corpo da língua a minha própria carne envenenada pela palavra, pela letra ou frase destinadas a um Outro excessivamente familiar”. O escritor, comumente, necessita colocar-se numa posição de estrangeiro para que, no intervalo criado entre o familiar da língua e o desconhecido de um sujeito produzido pelo texto, um estilo possa se construir.

Vila-Matas, em *Bartleby e companhia*, desenvolve um narrador em primeira pessoa que possui uma profunda afeição pelo personagem da novela de Melville, fazendo de sua tarefa caçar todos os “escritores do Não” ou “bartlebys” que habitam a história da

literatura e que, assim como ele, escreveram apenas um romance ou jamais escreveram por algum impedimento em sua história, marcados por certa pulsão negativa ou atração pelo nada paralisante. O narrador-personagem, que vive na Cidade de México e trabalha como escrevente em um escritório, faz das páginas do hiperromance em questão um diário e ao mesmo tempo um caderno de notas de rodapé, tratando de escritores como Walser, Salinger, Kafka, Beckett, Wittgenstein e uma série de outros latinoamericanos enquanto narra episódios de sua vida pessoal no estrangeiro. Além de um livro riquíssimo em referências, temos no monólogo metanarrativo escrito por Vila Matas uma interessante reflexão sobre os limites da ficção e da verdade, sobre a ideia de autoria e estilo, de como a partir daquilo que vem do Outro podemos constituir um traço singular (*ou não*).

Costa (1998) afirma que a ficção não possui estatuto de conceito dentro da psicanálise. No entanto, ao pensar nesse campo e por ser distinto dos demais, o conceito bem-fundado liga-se basicamente ao efeito que produz. Partindo das narrativas organizadas como novela e mito, dirá que no humano “o que for real somente se registra como ficcional e a ficção constitui uma verdade”. Desta forma, o ficcional é responsável pela construção das figuras do Outro, dando-lhe vestimenta, que a partir de então não apresenta somente sua face de linguagem, adquirindo consistência de uma presença, consistência de um corpo (p. 62).

Haveria, portanto, uma necessidade de construir ficções desde muito cedo na história individual, como os contos infantis, que auxiliam a criança na construção de uma forma de interpretar o real, mas também de fabular suas origens. Na verdade, já existiria uma ficção anterior ao nascimento do próprio sujeito, sua constelação familiar, de onde o mesmo será falado e construirá seu próprio mito.

Carreira (2001) busca elucidar a noção de mito emprestada por Lacan de Levi-Strauss, enquanto “um sistema temporal que se relaciona concomitantemente ao passado, ao presente e ao futuro, pois diz respeito a acontecimentos que (...) formam uma estrutura permanente no tempo”. O mito serviria, portanto, de base por onde os significados e sentidos deslizariam, lugar onde o conteúdo da narrativa seria formulado, precedendo a mesma. Portanto, mito e narrativa não são equivalentes, a narrativa sendo apenas uma das possibilidades de organização do mito.

O mito também atrai interpretações, enquanto elas não esgotam o mesmo. Quando o mito é narrado e através de retomadas interpretativas, há um desdobramento

dos temas tratados até o infinito. O que permite essa polissemia são os mitemas, unidades ou elementos dos mitos comparáveis ao funcionamento da estrutura da linguagem apontado pela gramática estrutural (Lacan 1956 apud Carreira, 2001), funcionamento caracterizado pela existência de elementos com uma relação combinatória constante que determina a construção das frases.

Com relação à a ficção do mito, Lacan (1956, p. 258-259 apud Carreira, 2001) aponta que

(...) essa ficção mantém uma relação singular com alguma coisa que está sempre implicada por trás dela, e da qual ela porta, realmente, a mensagem formalmente indicada, a saber, a verdade. Aí está uma coisa que não pode ser separada do mito. A necessidade estrutural que é carregada por toda expressão da verdade é justamente uma estrutura que é a mesma da ficção. A verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção. (p. 258-259)

A verdade que o mito porta repete temas básicos ligados à existência do sujeito: a vida e a morte, o aparecimento do que não existe e o desaparecimento do que existe e o fato de ele ser um sujeito sexuado. Assim, o mito porta tanto aquilo que é do universal (a estrutura simbólica) bem como do individual (o mito individual do neurótico) (Carreira, 2001). Podemos pensar, assim, que o mito é uma “fixação” necessária (enquanto aquilo que ancora o real), estrutura que, com os elementos singulares da história do paciente, trata de uma verdade que tentamos transmitir no relato de caso em psicanálise.

Como nos apresenta Lacan (1956, p. 258 e 259), o que se chama um mito, seja ele religioso ou folclórico, em qualquer etapa de seu legado que o considere, apresenta-se como uma narrativa: essa narrativa tem em si algo de atemporal, no que diz respeito a sua estrutura. Diferente da criação poética, conservadas as semelhanças, o mito demonstra certas constâncias que não estão absolutamente submetidas à invenção subjetiva. A verdade que o mito porta tem uma estrutura de ficção.

Lacan (1953) dirá que a verdade não pode ser expressa de forma objetiva em palavras, estas só sendo utilizadas para expressá-la de forma mítica. Através da análise do caso do Homem dos Ratos de Freud e das relações aí existentes entre seus elementos, Lacan (1953) sustentará que o mito é uma espécie de gesta, uma pequena peça teatral que “exprime de uma maneira imaginária as relações fundamentais características de um certo modo de ser do ser humano”. É o caso do dilema do homem dos ratos com o pagamento de sua dívida com os tenentes A e B e seu impasse amoroso com uma donzela pobre,

reatualizando uma série de questões referentes à constelação familiar do sujeito (formada na tradição familiar pela narração de um certo número de traços que especificam a união dos pais). Todo o cenário fantasmático implicado no mito é o que o autor chamará de manifestação do mito individual do neurótico, possibilitando a nós generalizá-lo para além do campo da neurose obsessiva.

A estrutura do mito é pensada em dado momento para Lacan como uma rede, onde “tudo se passa como se os impasses próprios à situação original se deslocassem para um outro ponto da rede mítica, como se aquilo que não está resolvido aqui se reproduzisse sempre lá” (Lacan, 1953 p.18). Chama a atenção a capacidade flexível que possui uma rede ou trama, possibilitando novos enlaços e costuras. A relação com o analista constituiria o trampolim, por intermédio das identificações que ela comporta, para a resolução de um certo número de problemas, no tocante à relaboração das questões do sujeito dada à capacidade flexível do lugar daquele que escuta em sua problemática. Parece que toca a nós, terapeutas, unir os fragmentos dessas narrativas e compreender que ali estão os elementos essenciais do desencadeamento das neuroses, fazendo relações assim com o que provoca o padecimento atual do sujeito: “a narração sai pedaço por pedaço no decorrer da análise, sem que o sujeito junte de forma alguma ao que quer que se passe no momento atual” (p. 16).

Sousa (2017) nos recorda a relação existente entre ficção e rebeldia, onde toda ficção traz em si o gérmen do desvio, da desobediência. Há uma potência política em toda ficção que abre espaço para a rebelião, promovendo múltiplas maneiras de ver o mundo. Como uma fagulha que inquieta, que desacomoda o que se coloca familiar. Não poderíamos trazer essa preciosa contribuição para o campo da nossa clínica cotidiana, afirmando que toda narrativa ficcional verdadeira tem uma possibilidade subversiva contra o sintoma que aplaina o que há de potência de vida no sujeito? Isto é, que nosso trabalho de desmonte dos sintomas, com a precisão e a fineza de uma agulha nos trilhos de um circuito pulsional mortífero, pode remeter o sujeito para lugares inesperados em relação ao padecimento que ele até então orbitava? Para isso, arriscamos dizer, só promovendo um ato de corte e autoria genuíno nas histórias e personagens que nos foram narrados, apropriando-se dos mesmos e usufruindo da liberdade de ficcionar com a mesma ousadia que um artista ou escritor faz com aquilo que encontra no seu caminho.

2. O Relato de Caso

*Esse claro dia espanhol,
composto na treva de hoje,
sobre teu túmulo há de abrir-se,
mostrando gloriosamente
- ao canto multiplicado
de guitarra, gitano e galo –
que para sempre viverão
os poetas martirizados.*

Carlos Drummond de Andrade, *A Federico García Lorca*

Maria Carmen¹ é uma imigrante portoriquenha que, na busca por uma graduação no exterior, opta viajar para o Brasil e cursar uma graduação de exatas numa faculdade do Rio Grande do Sul. Seguirá os passos das duas irmãs mais velhas ao cursar uma faculdade fora do país: um ato incentivado por toda a família. No entanto, enquanto as irmãs conseguiram bolsas de estudo para os Estados Unidos, Maria Carmen conta que foi barrada pela secretária do programa em ter o mesmo destino, pois, segundo ela, “a minha família já havia sido beneficiada demais”. Restou então a opção de tentar cursar no Japão ou no Brasil, me conta sorrindo a contra-gosto, em uma das sessões. Conseguiu o resultado numa faculdade em Porto Alegre antes de saber que também teria pontuação suficiente para aplicar-se numa universidade em território nipônico. Das questões que mais apareciam em sua fala, a primeira era a inconformidade por não ter sido aceita no programa de bolsas na mesma universidade que as irmãs (uma de suas razões para os sintomas depressivos) além da dificuldade com as matérias e a impossibilidade de formar-se em cinco anos. “Isto que eu sempre fui a “crânio” da família”, me conta entristecida. Formar-se a tempo também implicava voltar antes para o país de origem. Relatava o preconceito vivido por sua cor, gênero e a solidão da condição de estrangeira. Parte do

¹ Os nomes e demais dados biográficos dos casos foram devidamente alterados. Algumas questões referentes à essa mudança já se colocam aqui: a escolha de um nome específico em prol do original, a congruência entre a biografia do paciente e a história da narrativa clínica, etc. Espera-se que, assim como outros casos na história da psicanálise, as referidas alterações produzam efeitos similares ao caso em transferência, preservando a identidade dos pacientes.

tratamento ia na direção de que a paciente pudesse viver o seu desejo de forma mais desimpedida, importando-se menos como era vista pelos demais e as expectativas que carregava de seus familiares, permitindo-se experimentações com o Gozo e assumindo uma posição diferente do seu sintoma.

Na sala dos terapeutas, no corredor da faculdade, na volta do ônibus; todos eram momentos em que narrar o caso surgia como um imperativo para dar ordem ao que havia se passado nas sessões. Por vezes, pegar a caneta e o bloco de notas destinado a este fim não parecia ser o suficiente: tão pronto as últimas frases que Maria Carmen ou outro paciente havia dito brotavam na minha memória, os fios que as atavam com o resto de nosso encontro iam pouco a pouco rompendo-se. Parecia-me que, no momento em que eu buscava reconstruir os diálogos ou mesmo apontar intervenções feitas em certa passagem, a empreitada toda passava pelo tênue e ambíguo fio da subjetividade do terapeuta: e quanto aos esquecimentos, às trocas de datas e lapsos frente a determinados dados ditos objetivos? Certas costuras no texto que fazemos de forma quase automática? Como saber o que deve ser posto em registro e aquilo a ser esquecido?

Fédida (1991a) indaga, a partir da supervisão de uma analista e seu analisando, o papel da construção do caso em psicanálise. Ele enuncia que o caso constitui-se de uma *teoria em gérmen*, uma capacidade de transformação metapsicológica. Além disso, o caso é uma construção e, enquanto tal, não pode preceder de um relato. O relato das sessões, ato que também contribuiu para que eu viesse a pensar a construção do caso no presente trabalho, teria, sob essa perspectiva, uma função muito mais informativa do que construtiva, isto é, seria insuficiente para que viesse a corroborar com dados históricos as hipóteses clínicas que o analista vai tecendo no espaço da transferência, hipóteses essas que se baseiam em um *enigma*, algo que transcende o conteúdo do próprio caso. Podemos atrever-nos a dizer que quem escreve o caso clínico não sabe o que narra, já que nós só transmitimos o que não sabemos, isto é, o recalque. Segue Fedida (1991a):

Pensar o caso na qualidade de uma *teoria enigmática* processualmente à obra e escrevendo-se a partir de uma leitura que tem *lugar entre* o analista e seu paciente é sustentar que o caso *resulta*, de algum modo, de uma redução metodológica dos tempos narrativos dos processos em jogo, *em benefício único de sua legibilidade em um texto* (oral ou escrito) que *dissuade qualquer relato clínico e assim 'transcende' o conteúdo do caso.* (p.234)

Talvez esta ordem de *engima* ou *gérmen* da qual fala Fedida, vá ao encontro com o que Nasio (2001) chama de “função heurística” de um caso, além da função didática e metafórica que o autor aborda em seu artigo sobre o tema. Ele teoriza que o caso ultrapassaria, na função heurística, seu papel ilustrativo e de uma metáfora emblemática, tornando-se em si mesmo, gerador de conceitos (p.17). Para tal, ele alude à figura do presidente Schreber que possibilitou a Lacan conceber a ideia de significante do Nome-do-Pai e a ideia de forclusão, em contrapartida à hipótese freudiana do mesmo caso que faz da paranoia masculina a expressão de uma fantasia infantil de conteúdo homossexual. Escreve-se, portanto, o caso clínico partindo de um *não saber* sobre o mesmo, como aquilo que inquieta, provoca o pensar.

Para Nasio (2001), “o caso exprime a própria singularidade do ser que sofre e da fala que ele nos dirige” (p.11). Para isso, quando explica a função didática, isto é, que ilustra uma teoria, do relato de caso, o faz a partir de um ponto de vista catártico ou cênico, como se o leitor fosse um espectador livrando-se da tensão de suas paixões ao ver encenar-se diante dele o espetáculo de um drama íntimo que não é o seu, mas que mesmo assim o convoca a colocar-se em cena, oscilando entre as identificações da figura do analista e do próprio doente.

Oliveira e Tafuri (2012) citam Caon (2000) ao pensarem sobre os impasses do método psicanalítico de pesquisa e clínica na universidade, elucidando que o caso clínico não deve buscar reconstruir a história do paciente de forma a obturar buracos e compreender o que de fato ocorreu em um sentido biográfico. Na verdade o caso clínico psicanalítico se prezaria a exatamente àquilo que falta, que escapa: à falta constituinte e fecunda do sujeito. As autoras então referem-se à Moura & Nikos (2001) ao enunciarem que a construção do caso envolve uma elaboração de uma hipótese metapsicológica advinda do encontro entre analista e analisando, naquilo que se situa para o analista, como *uma experiência estranhamente familiar*. Essa experiência de lidar com o familiar-estranho na clínica e na produção do caso será abordada ao longo do presente trabalho enquanto hipótese da própria estrutura de um caso clínico: o caso não é meramente o relato de uma história, mas sim aquilo que aponta o que há faltante na teoria, que nos convoca a adentrar no desconhecido sítio do estrangeiro, do não sabido.

Caon (2000) ao estudar uma pequena galeria de retratos de Serguéi Pankejeff, o Homem dos Lobos, feitos por Freud, Brunswick, Gardiner, Obholzer e o próprio Pankejeff, aponta a fecundidade do caso em psicanálise que permite uma multiplicidade

de leituras baseada na peça faltante do caso ou falta constituinte do sujeito, traço que é omitido pelo estudo de caso psiquiátrico ou de demais abordagens científicas em seu afã de encontrar uma solução para o caso à moda detetivesca ou arqueológica. A partir do conceito de *Nachträglichkeit* (relance, só-depois) desenvolvido no retrato freudiano do Homem dos Lobos, o autor entende o caso do pesquisador psicanalítico como o relance metapsicológico do discurso do analisante, sendo este relance, ao pé da letra, o “ocaso” (incluindo o próprio caso neste significante chistoso) do psicanalista.

Porge (2009), em seu capítulo sobre o relato de caso, sustenta que a psicanálise freudiana tinha um papel de transmitir a verdade através das narrativas dos pacientes e de como esta verdade do sujeito não estava limitada à exatidão da história transcrita pelo analista, em sua capacidade retentiva de escuta. “Freud substitui a exatidão por outra noção, a de verdade ou a de veracidade, e quanto a isso não variará” (p. 18). Há aqui uma substituição de exatidão da tradição psiquiátrica pela verdade ficcional do analista-escritor, implicado naquilo que escuta.

A análise é uma experiência de fala, descontínua, com efeitos ligados ao tempo, à antecipação, ao ‘só-depois’ [*après-coup*], com afastamentos entre o enunciado e a enunciação, com intervenções do analista... Uma estenografia linear, cronológica, não daria conta dos efeitos de verdade que se produzem no sujeito. Tal é a dificuldade do analista: se quer permanecer na verdade de sua experiência, não pode fiar-se na exatidão de uma tomada de notas. (p.19)

Após referir-se a uma fala de Lacan (1955), que distingue entre exatidão e verdade com exemplo do caso do Homem dos Ratos, Porge (2009) sustenta que Freud faz emergir a verdade do sintoma por meio de uma interpretação que não se justifica pela exatidão dos fatos objetivos. Mesmo tendo o conhecimento exato e literal dos ditos do analisante, ele interpreta em função de uma outra exatidão que não a da estrita correspondência dos fatos, não sabida de início. Usando-se de outros exemplos, como “Elisabeth von R.”, “Katharina” e “Dora”, Porge (2009) aponta que a forma romanceada é uma forma de tanto dar vida às histórias desses doentes como também de o próprio Freud incluir-se no caso, através de cesuras, enunciados metanarrativos, apontando também seu desejo como homem de letras.

Nessa relação entre desejo do analista e seu caso, Sousa (2000) nos indica que *os casos revelam, em maior ou menor grau, o seu autor*. Aqui, parece como a escolha do caso também evidencia algo daquele que o escuta, sendo esta uma premissa natural em

qualquer construção de caso. Pode-se também pensar nessa construção como um esforço de transmissão, de *confrontar o teórico* (p.16). Através da noção do “entre parênteses” desenvolvida no artigo, o autor aponta os limites de nosso discurso, que toda forma guarda os traços do recorte que lhe deu nascimento. Nosso esquecimento apagaria com a esponja da clareza, o entorno que deu nascimento à forma, como se a história não tivesse passado. O caso seria, então, uma apreensão circunstancial e momentânea de uma construção mais ampla. Sousa (2000) aponta a importância de guardar o recorte do caso e poder pensá-lo, junto com os retalhos deixados no chão, a tesoura/método que o configurou e a mão hesitante que escolheu os pontos de corte.

Uma das questões que Maria Carmen sempre tocava em sua escuta dizia respeito à sensação de estar sendo julgada. Dizia que ser negra, mulher e estrangeira em um curso majoritariamente masculino fazia com que sofresse preconceito por parte dos professores, que “mexiam com ela”. A partir da necessidade de ser a melhor da classe (repetiu várias cadeiras ao longo do curso) irritava-se toda vez que um professor dizia para a turma que os complicados cálculos no quadro eram “triviais”. Afirmo que o professor sempre lhe chamava atenção por ser mulher, mesmo que outros colegas homens também estivessem distraídos na aula. Isso agravava a culpa sentida por ter entrado na faculdade sem precisar prestar o vestibular. Certa vez, no início da graduação, dirigiu-se a um colega para saber como resolver um problema e o mesmo disse que era algo óbvio: como ela havia passado no vestibular sem saber aquilo? Justo a ela, que precisou deixar de sair com outras pessoas e se divertir durante a adolescência para focar nos estudos e cursar a faculdade fora do país.

O olhar do outro que Maria Carmen buscava devia-se em parte à relação com as mulheres da família: a mãe, uma pediatra *workaholic* e fervorosamente cristã, e a irmã mais velha, que lhe dirigia com a mesma autoridade que a mãe, estavam sempre lhe cobrando que fosse a melhor naquilo que fizesse. Das três filhas, é a mais morena, tendo um familiar dito que, ao nascer, seu cabelo ainda era liso. “É impossível ser amiga de mulheres”, ela me conta encolerizada, “tem muita competição”, ao referir-se às conversas técnicas com a irmã que cursou graduação nos Estados Unidos. De fato, a paciente apresentou muitos problemas quando dividia apartamento com outras estrangeiras no início do curso, o que a fez optar por viver em um apartamento menor e sozinha. Maria Carmen também não atendia à expectativa do Outro ao namorar um rapaz que não estava

no padrão materno (homem loiro, para “branquear a raça”), relação que a paciente construiu a partir de aplicativos de relacionamento, algo até então “superficial”.

“Superficial” também eram as drogas, festas, séries e conversas fiadas com amigos que passou a permitir-se experimentar, mesmo que com muita culpa. A mãe, filha de alemão com portoriquenha, casou-se com um homem “moreno”, seu pai. Sobre esse fato, comenta que a mãe podia casar-se com alguém mais escuro, mas ela não. Reclama que a tratavam como se fosse uma boneca de porcelana (ressalto, em uma intervenção, a cor que essas bonecas costumam ter), tendo vivido numa espécie de bolha. Ao longo de uma sessão, pergunto a paciente qual seria a parte dela em colocar-se naquele lugar de precisar ser sempre a melhor bem como a “criança” da casa, ou mesmo de atender às expectativas de parceiro amoroso da mãe, confrontando com seu desejo. Paulatinamente, Maria Carmen vai relatando que há coisas mais importantes que tirar boas notas na academia, mesmo que ainda valorize isso, e passa a ver o futuro trabalho como mais um meio para fazer o que gosta e tornar-se independente dos pais e menos um fim em si mesmo.

Figueiredo (2004), ao pensar nas contribuições da construção do caso em psicanálise para o campo da saúde mental, aponta que a construção difere da interpretação, sendo aquela um arranjo dos elementos do discurso visando uma conduta e esta, intervenção pontual que visa a um sentido. A construção do caso clínico em psicanálise é o (re)arranjo dos elementos do discurso do sujeito que “caem”, se depositam com base em nossa inclinação para colhê-los, não ao pé do leito, mas ao pé da letra. O caso, portanto, “não seria o sujeito, mas uma construção com base nos elementos que recolhemos de seu discurso, que também nos permitem inferir sua posição subjetiva” (p.79). A partir dessa premissa e de um método desenvolvido em trabalho de equipe, a pesquisadora distingue três binôminos da construção do caso, como se pólos que a construção do relato de caso orbita: história <-> caso, supervisão <-> construção e conceitos <-> distinções.

O relato clínico que se apresenta rico em detalhes, cenas e conteúdos é a *história*. O *caso* é o produto que se extrai das intervenções do analista na condução do tratamento e do que é decantado de seu relato. Salienta-se a necessidade que uma história deve se fazer caso para que se possa trabalhar em psicanálise. Com relação ao segundo binômio, temos o espaço de *supervisão* e a *construção*, feita em conjunto pela particularidade do trabalho em equipe de saúde mental. Num primeiro tempo, ocorre um retorno da

discussão sobre o analista na condição de sujeito, e no segundo trata-se da reapropriação do saber pelo analista na condição de pesquisador, para que este saber seja depositado como um produto. Decidir absolutamente sobre a verdade deste ou daquele caso estaria, por princípio, em contradição com uma supervisão verdadeiramente analítica. O entrelaçamento das funções de sujeito, pesquisador e analista rompe qualquer fixidez de posição diante do saber. Por fim, temos o binômio referente aos *conceitos e distinções*, no que os primeiros não tem tanta necessidade de serem definidos com exatidão para que se obtenha o resultado esperado, enquanto as distinções seriam mais necessárias para a autora, como discernir entre um enunciado dito pelo eu ou pelo sujeito.

2.1 O Singular no Caso Clínico

Dunker (2009) argumenta que a psicanálise possui duas estratégias fundamentais para transmitir seus resultados no âmbito da psicopatologia, isto é, a tipologização de regularidades estruturais e a construção de casos clínicos singulares. Pensa a formação de categorias (gênero e espécie, ocorrência e a lei, o elemento e o conjunto, o caso e a regra) no âmbito da medicina, direito e ciências da linguagem, vendo a psicanálise como uma mescla dos três métodos (conjugando método dedutivo e indutivo dos demais campos), ao apontar a influência que os mestres de Freud legaram a sua metodologia de tipos clínicos, descrevendo quase sempre tipos mistos (como é o caso dos casos de Estudos sobre Histeria) em contrapartida a sua pretensão de descrever tipos puros de neuroses.

Ao analisar a noção de construção a partir de fragmentos do texto “Construções em Análise”, o autor enuncia três funções possíveis do caso clínico, a saber: a função ética, a lógica e a retórica. A *função ética* diz respeito ao fragmento de verdade pelo qual um caso subverte a classe, tipo ou categoria na qual se inclui. Podemos pensar esta função como mais próxima daquilo que Fédida depura de engima ou teoria em gérmen do caso e Nasio de função heurística. A *função lógica* diz respeito a organização coerencial da diagnóstica, semiologia, da terapêutica e da etiologia, tratando de certa autorreferência no texto. Por fim, temos a *função retórica*, que diz respeito às descrições eficazes de procedimentos e intervenções no âmbito da transmissão de um saber ou sistema de transmissão.

Na última parte do artigo, Dunker (2009) trata da especificidade do caso clínico como uma espécie de contracaso, ao apelar para o aspecto singular e irreduzível da experiência do paciente e o desejo do analista, bem como a incomensurabilidade entre

diferentes casos. Inventando um interlocutor imaginário à moda dos textos freudianos, busca verificar o método de construção a partir de uma voz cética e leiga em psicanálise. Haveria portanto um criticável excesso de internalismo do ponto de vista epistemológico, internalismo que o autor busca defender ao apontar recentes estudos sobre a eficácia objetiva das terapias psicodinâmicas em contrapartida às de outras abordagens.² É como se, com isso, o autor ressaltasse de forma positiva e encorajasse o que poderia ser uma crítica, por parte da ciência positivista, ao nosso trabalho com o não-saber do inconsciente e a não-totalidade da verdade.

Forma semelhante de validação do singular no caso clínico é proposta por Val e Lima (2014) ao desenvolver uma fundamentação para o método psicanalítico que trabalhe com a transferência no campo da saúde mental. Os autores pautam-se nas contribuições do psiquiatra e psicanalista italiano Carlo Viganò, que propõe que construir um caso é ir ao encontro do Real, com aquilo que não se pode dizer, e que pode ser circunscrito por um saber a partir de uma operação metafórica (Viganò, 1999 apud Val e Lima 2014). Caso, nessa acepção, é resgatado de sua etimologia latina *cadere*, que significa cair ou ir para fora de uma regulação simbólica. O conceito de Real trabalhado pelo autor italiano estaria afinado com o Real lacaniano apresentado no seminário XX, como ponto de impasse da escrita, o impossível que não cessa de não se inscrever (Val e Lima p. 101). Este seria um dos objetivos da construção do caso: sua redução a uma escrita mínima, que permitiria a circunscrição do Real como impossível.

Construir o caso clínico é também construir um saber sobre a pulsão, causa do sintoma do sujeito. Haveria por um lado o saber produzido pelo próprio paciente em análise ao sofrer as interpretações do analista, mas também o saber produzido pelo terapeuta ao debruçar-se no relato de caso, que teoricamente permitiria certa generalização e serviria de baliza para refletir sobre outros casos, na visão dos autores. Da pulsão contrapõe-se as exigências do eu, que a análise não permitirá qualquer unificação no psiquismo, tão somente soluções criativas para o embate. O que parece haver de generalizável no fim de análise é uma invenção ou criação de um saber sobre algo que não se encontra no registro das representações, que diz respeito a verdade:

² Leichsenring, F. & Rabung, S. – *Effectiveness of long-term Psychodynamic Psychotherapy*. Journal of American medical Association, October, 1, 2008 – vol 300, no 13.

“É importante dizer que o saber elaborado pelo analisante, em análise, e pelo analista, na construção do caso, obedece ao mesmo modelo descrito. Trata-se de uma elaboração de saber que opera numa dupla vertente: na vertente das representações e da decifração do sentido do sintoma, mas também na da pulsão que não se inscreveu no psiquismo, que não pode ser rememorada, e que exige, portanto, uma criação, como Freud apontou em *Análise terminável e interminável*.” (p. 105)

Evoquemos a hipótese de Freud de que há um ponto do inconsciente que não é linguagem e não pode ser decifrado ou lembrado. Na construção, há de se fazer com que alguns significantes assumam o valor do fragmento do inconsciente que não retorna. A construção em análise é uma metáfora na qual um saber substitui a verdade que não pode ser integralmente revelada. Essa posição indica que a construção não tem a ver com a exatidão do saber, mas com os efeitos provocados no sujeito pela comunicação desse saber. O que importaria são os efeitos de verdade que a construção desse saber provoca e que podem ser reconhecidos nos elementos que aparecem de forma indireta. (Val e Lima 2014 p. 106). Portanto, a construção do caso, em consonância com a política do analista de orientar-se pela falta-a-ser do analisante, consiste em inventar uma coerência para fragmentos do inconsciente que aparecem desarticulados durante o processo analítico e que possibilita não apenas uma visão geral do tratamento, mas também a elaboração de hipóteses que orientarão as intervenções clínicas.

Nessa metodologia, a ideia é fazer com que o caso sofra uma redução até o ponto em que se toca o impossível de ser dito, o *objeto a* que não se traduz pelo significante. Este processo se aproxima do que Miller (1998 apud Val e Lima 2004) chamou de “operação-redução”, denunciando pontos fixos do inconsciente que se repetem apesar de nossa solicitação para que o analisante associe livremente, que podem ser descritos como funções proposicionais, nas quais diversos termos se sucedem como variáveis da mesma propriedade. Miller usa esse modelo para demonstrar que o avesso da repetição significante necessária é um impossível de se escrever. (Val e Lima 2014 p. 112). Seguem os autores:

No processo de construção do caso articulam-se o necessário da repetição da cadeia significante, o impossível de ser rememorado pela cadeia e a contingência do investimento libidinal, que explica a impossibilidade da verdade ser dita toda na experiência analítica. Busca-se reduzir o caso clínico aos significantes fundamentais e necessários do sujeito, supondo que essa redução demarcará, ao

mesmo tempo, um impossível e a contingência/singularidade da instituição de certo modo de gozo para um sujeito. Nos limites do texto extraído da operação-redução realizada no processo de construção do caso, circunscrevemos o Real que se apresenta, justamente, como impasse da escrita. (p. 112)

2.2 O estrangeiro no relato de caso

Uma das leituras que proponho neste trabalho é pensar a clínica e sua prática como uma língua que se aprende, uma espécie de língua estrangeira. O relato clínico, nesse sentido, se dá como um ensaio narrativo de uma outra língua, que em sua radicalidade nos é completamente estranha, alheia. Ver-se imerso nesse outro código e seu esforço de transcrição por parte do analista-escritor dota o relato clínico de uma qualidade quase instrutiva, como uma cartilha de aprendizado desta língua inssabida. Há, portanto, um desafio que se propõe a cada novo caso: o esforço de ler a letra, de lermos a língua que fala o sujeito e seu sintoma.

Gostaria de trazer um outro fragmento de caso, que segue a temática do estrangeiro. Francisca é uma ex-funcionária pública que chega em terapia por que gostaria de se curar para curar o filho, o qual acredita ser bipolar como o ex-marido. Ex-marido de Francisca que lhe transmitiu HIV há dezesseis anos, após manter relações fora do casamento. “Mas eu não sou só isso, soropositiva”, ela me conta na primeira sessão. Francisca não gosta de mexer no passado, “naquelas caixinhas” do ex-marido e da sua infância, como dizia a terapeuta anterior, preferindo só focar no “aqui e agora”. Narra que sempre morou nos fundos da casa da mãe idosa, hoje dormindo no mesmo aposento que ela e cuidando para que a mãe não fique só. “Sempre fui muito apegada à ela, e por isso acho que viajei pouco”, diz em certa sessão que hoje a mãe está “só focando” nela, o que me parece ser tanto uma mensagem invertida (é ela quem se dedica a cuidá-la) como um significante em sua narrativa (sufocar). É a caçula de sete irmãos, filhos de um falecido músico de orquestra, que lhe encorajou a aprender flauta transversal. Francisca tem procurado encontrar jeitos de conhecer e sair com mais pessoas, pois acha que fica deprimida quando está só, agora que os filhos cresceram.

As sessões de Francisca tem se resumido a saber o que tem sua irmã mais velha, Deia (“todo mundo lá em casa quer saber qual a doença dela, se esquizofrenia, se é chatisse, o que é”) e por que essa irmã ignora a todos, em especial ela, que é uma pessoa brincalhona e alegre. O silêncio da irmã e sua atitude evitativa na casa funciona como um

enigma, que Francisca busca revelar. É com algum espanto, quando, numa sessão recente, Francisca me conta casualmente que viajou com Deia para o Japão, na época em que a irmã estudava música lá, ficando seis meses com a mesma. “Eu nunca vou me esquecer como ela convidou a mim, dentre todos os outros, para ficar seis meses com ela”, custeando sua passagem e hospedagem durante a estadia. A irmã sempre teve esse interesse pelo lado oriental, Francisca conta de forma burlasca e gesticulada.

A surpresa que os pacientes causam com a quebra na linearidade de suas histórias e nosso exercício de mantermo-nos numa posição de estrangeiro com suas narrativas aponta a riqueza que há no exercício da escuta, o que podemos tomar como uma qualidade de novidade e frescor constante na relação com o Outro. Na medida em que se está para o paciente nessa posição de estrangeiro ou estranho, o mesmo se dá com o inverso: não se pode ter a pretensão de achar que se conhece aquele que se escuta, por mais custoso que seja esse exercício de estranhamento. Essa posição de desconhecimento aponta para a verdadeira potência da clínica: é sempre um estranho quem fala, e sua língua é sempre desconhecida, sempre enigmática, requisitando do analista dar forma à essa língua e decifrá-la junto ao analisando.

Fédida (1991c) trata da relação psicanalítica envolvendo a intimidade de um segredo, como a confidência de um sonho, dada a insociabilidade e incompreensibilidade do mesmo em outro contexto. Intimidade esta que está constantemente interpelada pela posição de neutralidade daquele que escuta, colocando-se na vertical do estrangeiro cuja condição é a linguagem do silêncio. A abstinência, a neutralidade, a não-resposta garantem a exigência técnica da superfície de projeção, do espelho refletor, como projeção de transferências. O estrangeiro garantiria o íntimo e qualquer familiarização do analista com seu paciente representa uma ameaça ao íntimo. O médico que era estrangeiro num primeiro momento, deve aspirar a voltar à essa condição após a cura quando a capacidade de amar do paciente é recuperada: eis uma recomendação de Freud.

Embora o analista-estrangeiro não seja um tradutor, seu silêncio não deixa de ser atividade de linguagem na qual a escritura invisível da colocação em figuras forma a memória da fala escutada. O estrangeiro, em outros termos, é o fundo de surgimento e de insurgência que a fala descobre com contato com o silêncio (p.73). Portanto, uma das pistas que Fédida nos traz para decifrar a língua do caso, baseia-se na ética da neutralidade, do silêncio do estrangeiro.

Com uma breve consideração sobre o relato de caso e o estrangeiro, segue Fedida (1991c):

Compreende-se assim que o relato de caso pelos psicanalistas não consiga ilustrar a constante destruição da situação analítica. Seria preciso escutar ou ler cada vez esses casos como ensaios indefinidamente renovados de teorização da relação estrangeiro/íntimo segundo a experiência negativa de seu impossível equilíbrio da qual eles dão exemplo. (p.74)

Desta forma, podemos dizer que a problemática estrangeiro/íntimo é estruturante para pensar um caso clínico ou a própria condução de uma análise: é com o tempo de suspensão do recalque e o aparecimento deste estrangeiro do inconsciente, a partir da leitura dos sintomas e da língua estrangeira que os codificam que nossas intervenções direcionam à cura. A experiência de estrangeiridade pode ser mais explícita ao acolher os ditos de alguém que não pertence ao mesmo país e língua de origem, como é o caso de María Carmen, produzindo uma derivação do significante do que propomos aqui como estrangeiro, tomando-o em seu sentido mais convencional ou social, apesar de ter um caráter emblemático e disparar as reflexões subsequentes. Também podemos notar o estrangeiro que irrompe nas falas dos pacientes como Francisca, em sua busca por um distanciamento do familiar, do “sufoco”, pelo desejo em viajar e, paradoxalmente, inquietando-se com essa irmã que pouco fala e com quem partilhou de uma aventura no passado, da qual faz pouco caso.

No filme “Lost in Translation” de Sofia Coppola, Bob (Bill Murray) é um astro de cinema decadente que vende sua imagem para comerciais e programas televisivos, enquanto Charlotte (Scarlett Johansson) é uma filósofa frustrada que acompanha o marido fotógrafo em um ensaio em Tóquio. Ambos casamentos, ainda que em momentos distintos, parecem não ir bem. Os dois acabam se conhecendo no bar do hotel em que se hospedaram, palco da maior parte da trama. Cada qual a seu modo, os personagens precisam lidar com a abissal diferença da língua e de uma cultura que são alheios, da dependência de um terceiro que intermedie as conversas e de uma solidão e desencontro com seu objeto amoroso. A cena em que os dois saem juntos com amigos japoneses da protagonista é cativante: mostra a potência que haveria em desfrutar de uma condição estrangeira, ao invés de atirar-se num ensimesmamento melancólico, encontrando aí recursos para resignificar o que é estar perdido no rumor de outra língua.

Parece que se lançar rumo ao desconhecido requer certa capacidade de perder-se, de trilhar um caminho da errância onde nada é seguro, apostando no encontro com o acaso, fazendo assim certa geografia do possível. Em O Estrangeiro, de Camus, vemos o

narrador-protagonista Mersault, aparentemente impassível frente à morte da mãe, trilhando uma narrativa na qual parece estar alheio, sempre em outro lugar, um estranho levando a capacidade de vagar *ad absurdum*: tudo que lhe acomete é dotado de uma qualidade de indiferença e anodinia, isentando-se assim de qualquer implicação, ao passo que suas descrições niilistas possuem tamanha agudeza e lucidez que a combinação provoca angústia no leitor. Mersault, corporificando a condição de alienação e estrangeiridade com seu entorno, não compartilha de um mesmo recalque que a comunidade argelina, tal é sua consciência do despropósito e ausência de sentido último da vida, sua qualidade de absurda.

Esse traço tão singular quanto inquietante é o mesmo que leva o protagonista a se envolver com uma briga com árabes e, dali, ao assassinato de um deles e sua conseqüente condenação, dada a falta de humanidade e remorso que demonstra perante a corte, tanto em sua história familiar como no crime: sua estranheza é condenada, não pode ser reconhecida ou legitimada como expressão no social. O pano de fundo da história, a Argélia, também provoca o confronto de diferenças: de um lado o ápice da cultura colonizadora francesa com suas benesses e de outro a população muçulmana e os nativos argelinos submetidos à exploração. No entanto, é este embate e enfrentamento com a alteridade e o estrangeiro (dentro e fora de nós) que inaugura a possibilidade que uma diferença se instaure, que um novo traço seja inscrito e assim rompa-se com o *mesmo*.

3. O Familiar Estrangeiro

As mãos têm hélice, tempestade e bússola. Os pés guardam navios

Aparelham para o Oriente

O olho tem peixes,

A boca, recifes de coral;

Os ouvidos têm noites polos e lamento de ondas.

A vida é muito marítima.

Murilo Mendes, *O homem e a água*

Estou com os pés postos num pequeno degrau metálico enquanto ascendo lentamente com minha mochila nas costas e a bagagem de mão vermelha no degrau superior. Não há sinal de outras pessoas ao meu redor ou qualquer atividade, exceto pelo vagaroso movimento de outras escadas rolantes que descem e sobem num edifício amplo e espaçoso: uma mistura do aeroporto Juscelino Kubitchek com o de Barajas. Até a voz no alto-falante isenta-se de dar suas coordenadas nessa cena, um lapso considerável por parte da mocinha impessoal, quiçá por uma calamidade da qual não fui anunciado e que tirou o foco das atenções das viagens em curso. Um dos sonhos mais recorrentes e inquietantes para mim hoje segue sendo o de subir por escadas rolantes infindáveis e passear por dentro desse espaço incerto que se assemelha ao shopping center, dado a quantidade de lojas atraentes e cafés que se espalham pelos corredores, imbricados até os terminais de pouso e decolagem. Escutar Maria Carmen, em alguma medida, é também recuperar essa condição de estrangeiro da qual desfrutei ao participar de um intercâmbio em 2015, na Universidad Autonoma de Madrid.

Lembro-me das peregrinações pelos museus das cidades que visitei durante o intercâmbio e, em especial, os da capital espanhola. Um dos passatempos durante os fins de semana consistia em encontrar-me com obras e artistas serendipicamente, em certa cumplicidade por suas origens estrangeiras. Em uma dessas andanças, compro um ingresso para uma exposição do Thyssen-Bornemisza, chamada Paul Delvaux: Paseo por el amor y la muerte. Foi com um misto de fascínio e inquietação que fui passeando pelos corredores da produção desse pintor belga surrealista, numa semelhança rara com a poética de de Chirico e Magritte, tão comprometido com a temática do estranho:



A escada (1946) – **Paul Delvaux**

“A escada” (1946) de Delvaux, parece tratar de temas que me deixaram bastante intrigado durante toda a exposição: a temática do duplo, a arquitetura grecorromana, o nu feminino e algo de um uso do corpo humano que se aproxima do que é inanimado. Estes temas, que pude relacionar com a ideia de “amor” da obra do artista, principalmente por sua predileção por retratar o corpo de mulheres desnudas, contrapõem-se de modo contundente com algumas peças em que Delvaux retrata esqueletos em cenas prosaicas, inspirado pela tradição medievista das danças macabras, com tamanha expressividade até então ausente no uso das modelos femininas. Algum destas obras pude associar ao significativo “morte” que dá título à exposição, apesar de todo o drama que aí parece haver, como é o caso de “A crucificação” (1954):



Chama atenção nesse quadro a expressividade dos esqueletos com mantos, que podem referir-se tanto às mulheres na cena da Paixão de Cristo bem como os três penitentes suspensos sobre a multidão. De fato, os únicos personagens que se mantêm em uma posição estática e inerte são os soldados, a postos na cena com tarefa insustentável de manter o controle das paixões num semblante que flerta com a morte.

Freud (1919), ao tratar do tema do estranho, propõe-se a pensar que este suscita uma questão estética, no que diz respeito a uma teoria das qualidades do sentir. Diferente do que a estética até então se preocupava (isto é, com o que é belo, atraente e sublime) o autor busca compreender a origem deste sentimento que contém em si mesmo uma qualidade daquilo que é tanto estranho ou assustador como também velho e há muito familiar. Parte de seu raciocínio se dará na análise etimológica da palavra *heimlich* (aquilo que é familiar, doméstico), que contém, em alguns usos mais arcaicos, uma forma bastante atípica, o seu significado oposto, ou seja, algo misterioso, que desperta horrível temor. Tal uso insuspeito, parte de uma ideia geral do que é oculto da vista, que está escondido, velado, expandindo-se de muitas maneiras até o significado corrente de *unheimlich*.

A partir da análise do conto “O homem de areia” do escritor E.T.A. Hoffmann, no

qual ele analisa o complexo de castração envolvido na história de Natanael com as figuras do homem de areia, Freud chega ao tema do duplo, ao tratar do autômato Olímpia. O efeito do duplo é para o autor uma das derivações do fenômeno *unheimlich* na literatura e no desenvolvimento da psique. O duplo teria tido uma importância crucial em povos primitivos, com os quais produziram o conceito de “alma” para escapar da destruição do eu, do poder da morte. De modo geral, mesmo com essa etapa animista superada na civilização moderna, haveriam traços que perduram no desenvolvimento mental de todo homem, como a sensação de observar a si mesmo como um objeto e de autocensurar-se.

É interessante como a ideia de duplo freudiana liga-se ao Estádio do espelho de Lacan (1949). Para o psicanalista francês, esse momento do duplo na constituição do sujeito é uma etapa crucial, em que o *infans* aliena-se a uma imagem ofertada pelo Outro para apreender-se como uma imagem unificada, para além de sua experiência subjetiva de despedaçamento corporal. Desta forma, inferimos que a constituição do eu é essencialmente paranoica, enquanto que condicionada a um espelho ou imagem que lhe devolve seus significantes, intimamente ligada à alteridade.

Estar em meio a outra língua e cultura, criando um laço com as mesmas, isto nos provoca a pensar o que é ser um estrangeiro. O estrangeiro, como aqui vemos, sofre e desfruta ao mesmo tempo de uma condição de exceção: tensiona os limites entre aquilo que é próprio de um grupo ou sujeito e serve de fronteira ao desconhecido, que ele mesmo porta. O estrangeiro, podemos entender, é como uma linha que separa litorais e faz fronteiras, mas é também a linha que os une.

Goldenberg (1998) pensa a condição de estraneidade como uma espécie de fantasia ideal vivida no contemporâneo: hoje todos seríamos estrangeiros. No entanto, contrapondo essa ideia presente no imaginário social, faz uma distinção entre ser e estar estrangeiro, afirmando que, salvo a miragem criada pela segregação, ninguém poderia de fato sê-lo. Entende que a pertença a um grupo surgiria como indissociável a sua contrapartida de estrangeiro. Enquanto os membros do grupo partilham de um mesmo recálque, o estrangeiro surge como um fora-da-lei paterna, em uma estranha semelhança com o próprio pai fundador daquela comunidade: o primeiro estrangeiro, elemento excluído da totalidade que garante a unificação do grupo.

A condição estrangeira consiste em permanecer na coletividade sem recalcar o mesmo significante. Este significante encontrar-se-ia presente no discurso do

forasteiro, funcionando, para o resto do grupo, como retorno do recalcado. Esta presença tornaria seu protador insuportável. (p.79)

A essa intolerância Goldenberg associa os fenômenos de xenofobia tão recorrentes nas imigrações. Sob esse forasteiro recaem toda sorte de imaginarizações de um gozo absoluto, numa evocação do pai mítico, enquanto a própria comunidade se vê insatisfeita pela sua renúncia ao gozo que propicia a união de laços. Vendo o neurótico como uma espécie de caipira novo-rico, o ser menos estrangeiro que existe, o autor propõe que uma saída para aceder a novas formas de gozar é parar de esperar do Outro e ser para si próprio um pouco Outro. Isto possibilitaria que todos viéssemos a ser estrangeiros de vez em quando.

Hassoun (1998), ao escutar a expressão “nasci no estrangeiro”, pensa que nascer no estrangeiro, no outro, no diferente, na alteridade, é uma prova da qual nenhum sujeito escapa. O próprio processo de subjetivação procede do encontro com o Outro, sem o qual o acesso ao Eu é impossível. Haveria em todos discursos fascistas certo culto ao Um, à uniformidade, em que o sujeito despoja-se do que constitui sua subjetividade – a alteridade – para fundir-se com deleite na multidão. Fazendo um levantamento de documentos históricos que parecem trazer essa condição de estrangeiro como diferença a ser eliminada, entende que a lógica desse funcionamento perverso é de capturar o outro numa diferença pejorativa, ou de tomar um traço de um indivíduo ou de alguns deles apostado a um conjunto para forcluir todos outros traços, com respeito ao ódio, medo e preocupação em distinguir certo grupo.

(...) O estrangeiro seria esse Outro desprovido de toda alteridade, um significante que falta na série. Em outros termos, “judeu”, “árabe”, “suburbano barra-pesada”, “chinês”, “ameríndio”, “negro”, membro de tal minoria sexual acedendo ao temível status de objeto de desejo encontrado, vai neutralizar a ameaça à série significante. Tomado por um Outro sem alteridade, o estrangeiro é objeto de uma eleição, de uma extrema distinção: não sendo mais qualquer um, destaca-se da paisagem e sai da tela... (p.95)

O xenófobo seria portanto um apaixonado pela taxonomia. Inventa sistemas complexos de classificação e de listas, na qual todos suscetíveis de nelas figurar encontrem seu lugar. Assim, há o horror para este diante do indistinguível: o quase-estrangeiro, o não-exatamente estrangeiro, o “negro-branco”, são assimilados a uma inquietude, um temor que remete a uma universalização da estrutura fóbica por meio da

xenofobia e racismo. O racismo, para Hassoun, não se concerne à diferença radical, mas refere-se a quem se tornou perigosamente pouco diferente.

Koltai (1998) entende o estrangeiro como objeto principal de amoródio, razão de sua constante segregação. No texto, busca entender o que significa para a psicanálise o fenômeno do racismo e da xenofobia, interpretando-os como sintoma do mal-estar que sofremos na contemporaneidade bem como refletindo sobre a ideia de Freud sobre a máxima bíblica “amarás ao próximo”. Amamos ao próximo na condição que esteja o mais longe o possível, pois quando se aproxima demais, se mistura a nós, surgem os fantasmas quanto ao excesso do gozo do outro. A segregação estaria sempre do lado do gozo, sendo que o que nos inquieta no outro é seu modo particular de gozar. Dessa forma, o racismo é o *ódio do gozo do outro*. O que nos incomoda no outro estrangeiro é justamente seu modo particular de organizar seu gozo e, mais precisamente, o excesso que é o seu. Por essa razão acusamo-los de cantar alto demais, dançar de modo sensual, cheirar mal, ter hábitos estranhos, trabalhar mais ou menos do que deveria.

O modo como se lida com a própria estrangeiridade, que nada mais é que nossa anterioridade, pesa na hora de definir o outro como estrangeiro. Segue Koltai (1998):

Um sujeito em análise se pergunta, antes de tudo, como viver com o outro, como viver no mundo, podendo, ao longo do processo, reconhecer o heterogêno como possível, o próprio inconsciente sendo estrangeiro, e as suas formações mestiças, já dizia Freud. (p. 111)

Talvez por que a teoria psicanalítica nos mostre que o mais próximo e íntimo é justamente o que nos é mais longínquo e inacessível, o que se esperaria de uma análise é poder se aproximar um pouco desse segredo que nos habita e do qual nada sabemos. Ao cabo dessa viagem na estranheza de si próprio, nos damos conta que somos impelidos por algo que nos é estrangeiro, não somos integrados em nós mesmos e que é no interior de nós mesmos que vivemos como inquietante o sofrimento do estrangeiro, poderíamos assim modificar nossa relação singular com o outro e abandonar uma eterna procura de um bode expiatório. (Koltai, 1998).

3.1 Língua materna e língua estrangeira

Vôos internacionais, viagens pelos metrôspanhóis, a ida até a faculdade no norte da cidade, minha casa na calle General Alvarez de Castro, as festas, bares, passeios

pelo Prado, a sensação de liberdade ao voltar de uma corrida noturna por uma parte desconhecida do bairro Chamberí, tudo isso avoluma-se numa vida que parecia ser radicalmente outra da qual estive acostumado no Brasil. Experiências muitas que sequer foram à luz de uma narrativa, enquanto olvidadas pelo peso da sobriedade do que tomo como familiar no meu país. Familiar este que, no entanto, é parcialmente povoado por uma língua estrangeira: minha família materna é de origem uruguaia e, sendo meus avós vizinhos de porta ainda hoje, assim esta é uma língua que insiste em circular pelos cômodos da casa, flertando com novas declinações e usos inusitados que o portunhol oferta.

Seria essa experiência de estranhamento de si do intercâmbio similar às de Maria Carmen no Brasil, sempre misturando o inglês e suas expressões de afeto com a sua fala carregada de sotaque? Perguntando se determinada palavra é falada de tal ou qual maneira em nosso português, ou se eu a compreendo quando diz estar “enfadada”? A influência da política norteamericana sobre os países da América Central, com seus amplos tratados de livre comércio, pesa no horizonte de sonhos dos habitantes daquela região, cobrando caro pelo prestígio das elites em cursar a graduação numa faculdade americana já que as faculdades locais “são muito fracas”.

Melman (1992) discorre sobre a transformação subjetiva acarretada numa mudança de país ou de uma língua. Numa primeira leitura, o estrangeiro, ou imigrante, precisa haver-se com um Pai de uma cultura e língua que não é a sua de origem, para isso precisando buscar reconhecimento de seu desejo, clamando por alguma filiação. Melman é bastante radical em suas proposições sobre a imigração. Pensa, em um primeiro momento, que haveria os pais reais (da cultura de origem) e os pais simbólicos, veiculados à língua.

“As migrações parecem produzir uma espécie de histeria ‘experimental’. Em outras palavras, aquele que é levado a ter que viver em uma comunidade que não é a sua de origem encontra-se na posição de quem não pode autorizar a sua palavra desde o Pai da cultura que ele habita. Se concordarmos em definir a estrutura histórica como uma certa paixão de ser outro, diferente e uma paixão que leva o sujeito a se afastar da sua própria filiação, eis que o migrante se torna histórico por razões históricas ou sociais. Ser diferente, outro, pode levar a tentar esquecer a própria especificidade e seduzir a nova cultura. É o sonho – ou talvez a caricatura – da integração”. (p. 10)

Haveria nesse apelo, no entanto, uma certa dose de sacrifício ou dívida que jamais se cumpre por completo, rendendo ainda certo culto ao pai morto da cultura anterior. Pode-se mudar de neurose passando de uma língua à outra, o autor acrescenta, por exemplo, de obsessivo em origem, tornar-se histérico com traços fóbicos. Diz que, ao falarmos uma língua estrangeira, estrangeira para a língua materna cuja sabedoria teceu nosso inconsciente, o retorno do recalcado na língua estrangeira não poderá mais ser escutado como a expressão de um desejo, mas apenas como a expressão dos erros gramaticais, sintáticos, lexicais, etc. (Melman, 1992 p.45)

A questão da língua materna é bastante cara ao autor, ao pensar que só poderíamos articular nosso desejo de maneira plena numa espécie de *Grundsprache* invariavelmente perdida enquanto interditada, como é o caso da língua dos imigrantes. Mesmo aqueles que não precisaram abandonar uma língua sofrem o mesmo tipo de consequências dessa impossibilidade de dizer-se todo, expressar o desejo plenamente: Melman associa a suspensão total desse recalque ao fenômeno das glossolalias em certas psicoses. Outra leitura vê o uso da língua estrangeira pelos imigrantes sob a perspectiva de um fantasma maníaco: aquilo que não se poderia dizer na língua materna é dito sem barreiras na nova língua. A musicalidade, a entonação de uma determinada língua (uma das últimas coisas a abandonar, que podemos relacionar com o sotaque) que segue como ruído de fundo no sujeito seria um indício dessa língua mãe ou *Grundsprache* presente ao cambiarmos o idioma falado.

Recordo que o sotaque com o que falava espanhol durante o intercâmbio era sempre relacionado pelos meus colegas e amigos como sendo de “argentino” e, das poucas vezes que falei sem ser escutado como tal, também fora tomado como “francês”, apesar de não ser francófono. Surpreso com essas observações, também evoco que os nativos espanhóis quase sempre se referiam ao espanhol das Américas como um espanhol “cantado”. Há ainda a maneira como as línguas que falamos alteram mesmo nosso timbre e altura da voz, utilizando-se de partes distintas de nosso aparelho bucal, de outras posições. Talvez isso propicie o estranho fenômeno de nos surpreendemos com a nossa voz e o sujeito estrangeiro que parece emergir desses outros lugares.

Algo bastante interessante nessa experiência foi ter-me aproximado de um amigo francês, que, como muitos outros, falava um espanhol cheio de sotaque. Para conseguir chegar a um acordo com determinada palavra, não raro a falávamos em inglês, como língua intermediadora. As primeiras vezes em que saíamos com seu grupo de amigos,

geralmente franceses, sentia-me como que deslocado, duplamente estrangeiro por precisar que ele traduzisse as falas do grupo para o espanhol, tal era a naturalidade em todos falarem o francês. No entanto, recordo de uma vez em que ele me convidou para jantar com sua mãe e padrasto. Apesar de a janta ter se decorrido quase somente em espanhol, e depois termos os quatro saído para beber em um bar de Lavapiés, bairro de maior concentração multicultural em Madri, lembro que passei a me sentir mais familiarizado com os franceses e sua *belle langue*. Ainda assim, fosse com ele ou outro amigo espanhol, era notável a minha sensação de ser incapaz de me expressar com plenitude nessa outra língua, como se sempre faltasse uma palavra ou expressão para dizer algo que só saberia falar em português. A diferença abissal que separam as pessoas e suas línguas é, paradoxalmente, a coisa que mais as fazem sentirem-se próximas no estrangeiro.

A essas memórias, suscita-se a pergunta do que seja uma análise conduzida em uma língua outra: deve-se fazer uma análise na língua materna do sujeito, do analista ou na língua do país onde ambos se encontram? Ainda que Freud tenha conduzido de forma experimental análises tanto em alemão, que não era a língua de algum dos pacientes que o procuravam, como inglês, que tampouco era a sua, esta é uma tradição que persiste. O que parece colocar-se em questão, quando a análise é feita numa língua diferente da do sujeito, é que a organização da neurose de transferência que ele tratará será possivelmente outra e não a que ele trataria na língua materna. Este é um risco inerente da própria situação analítica, enquanto histerógena. Ainda assim, como Calligaris aponta, a neurose de transferência que interessa é aquela na qual o estrangeiro está submetido no novo laço social e, caso feita uma análise na língua materna, há o perigo de criar uma situação de “casal privilegiado” com o analista que isolaria o sujeito da sua comunidade circundante.

Dos japoneses e chineses, é sabido que Lacan considerava-os inanalizáveis. Mas o que Melman também questiona é sobre a possibilidade de um fim de análise para os imigrantes. Devida a posição singular dos mesmos frente ao gozo neurótico, uma das resistências comuns ao fim do tratamento de análise, que se dá por uma “bilocalização”, ou espécie de “bigozo” do imigrante permitindo-o gozar de mais de uma forma, o autor não aposta que haja fim para o tratamento com imigrante. Apesar disso, Calligaris confronta essa posição à sua experiência de análise com descendentes de colonos no sul do Brasil, afirmando que só com alguns elementos da história de imigração, dotados de especial significância, que as análises deslançam e transpõem essa barreira singular.

Fédida (1991b) propõe uma distância justa daquele que, com a língua, nomeia aquilo que vê, distância essa sem familiaridade alguma. A partir da poética de Francis Ponge e o desenho de Claudel, o autor faz uma aproximação entre os dois campos, apontando a dissociação provocada entre o olhar e a fala, quando se tenta descrever ou representar o que se vê. A descrição neutraliza o estrangeiro, ao considerar a coisa objetivamente ou de nada lhe acrescentar. Utilizando-se de um dito de Heidegger sobre o grego estrangeiro à sua própria língua, conclui que o ato poético é o ato de fundação por tradução, o ato de apropriação do próprio a partir desse sitio instaurado como estrangeiro.

O sitio do estrangeiro no interior da língua falada é o lugar de engendramento da metáfora, que efetua ao mesmo tempo uma *tra-dução* e uma trans-ferência. Haveria uma tradução da palavra escrita pela fala, constituindo certa tonalidade intrínseca das coisas singulares. Tal tradução pressupõe, justamente, que aquele que fala sua própria língua mantenha-se nela inteiramente como estrangeiro, deixando-se, assim, surpreender pela vinda da língua a ele. O estrangeiro seria esse *fundo de silêncio* que as coisas solicitam na língua para se traduzir – para se tornar visíveis.

A essa visibilidade temos associada a dimensão estética da língua, do poema: seu tom e estilo. A atividade poético-metafórica de uma fala consiste na transformação das coisas em uma visibilidade que apenas a estética pode apreender e descrever. O uso que fazemos da nossa língua geralmente permaneceria prisioneiro das intenções conscientes de significar e de um saber daquilo que queremos dizer para nos fazer compreender. O próprio é possessão do eu ávido por resposta. O sitio do estrangeiro fica então soterrado sob a funcionalidade exacerbada da comunicação a partir do modelo da interlocução. A língua ameaça fazer-nos esquecer que apenas o estrangeiro que nela reside torna possível a escuta. (Fedida, 1991b).

Esse lugar do estrangeiro em análise é o que o autor logo problematiza em seu escrito. Pensa uma distância ideal entre o paciente e o analista, distância esta que pressupõe certa neutralidade do analista, permitindo-lhe escutar uma fala íntima cujo destinatário transferencial é um *ausente*, pelo qual ele não deve se tomar, e cuja ausência será *significada* ao paciente pela interpretação. Se a pessoa do analista se torna *demasiadamente presente*, acaba legitimando uma falsa conexão e nessas condições, fazendo de seu próprio eu a representação superestimada de um alvo acomodado como uma resposta. Desta forma, nós como terapeutas, deixamo-nos colocar nessa posição delicada de estrangeiros ao passo que somos tratados de forma particularmente íntima:

A fala humana é feita de uma tal forma que ela espera ser compreendida inteira e intimamente por alguém, de maneira que, tendo, enfim, encontrado seu interlocutor privilegiado, este possa ser imaginado como aquele que será seu destinatário permanente e exclusivo e, assim, seu único respondente. Um tal voto de amor ressuscitado em favor do encontro com o analista coloca evidentemente este último na posição do estrangeiro cuja fala será ambígua graças à virtude das palavras de ressoar segundo a ambiguidade essencial que o amor lhes confere. (p.59)

O autor trata então da fantasia infantil, onde o estrangeiro desempenharia o papel de sedutor. “Ele causa a impressão e desaparece, levando consigo o desejo que capturou. A ambiguidade de sua aparência faz com que ele tome corpo no sonho e se esvaneça ao despertar, mas alimentando uma expectativa de volta.” (Fedida, 1991b p. 59).

Impossível não recordar do personagem misterioso do filme *Teorema* (1968), do cineasta italiano Pier Paolo Pasolini. No filme, que também pode ser lido como uma crítica à burguesia da época, vemos como o visitante sedutor tem a capacidade de relacionar-se com cada membro da família de forma íntima enquanto conserva seu mistério, proporcionando uma mudança radical na vida daqueles que toca, mudança essa que inspira desde a pura arte, o saudosismo e a religião até margear os bordos da loucura. A forma como cada personagem é tocado e faz uma mudança no estilo como escrevia a vida até então é completamente singular, vinculada a uma face distinta do “teorema” ou “fórmula”. Tomemos essa figura misteriosa do visitante como o próprio *objeto a* psicanalítico, ou a posição ocupada pelo analista na fantasia daquele que escuta. Cada encontro com esse objeto, proporcionará mudanças de estilo e narração as mais diversas. Como o personagem Paolo, pai de família, é dado a todos que se aventuram no encontro com o estrangeiro que lhes habita a proposta de uma travessia: a travessia da própria aridez da linguagem, do Real que não cessa de não se inscrever, em direção ao horizonte, este pleno de miragens fantasiosas mas imprescindíveis à vida.

Nesse lugar paradoxal de escuta íntima e distanciamento ideal, só se pode instalar uma análise ao haver uma ruptura da comunicação, e só esta ruptura pode dar lugar ao sítio do estrangeiro. Isto é, a situação analítica poderia ser descrita como um lugar, mas o fato de designá-la como uma situação indicaria primeiramente que se trata de um sítio, e que este sítio é o do estrangeiro, que nela descobre a fala quando esta se surpreende escutando aquilo que diz.

Bibliografia

Benjamin, W. (1933) Experiência e pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2012.

_____. (1936) O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2012.

Carreira, F. O mito individual como estrutura subjetiva básica. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, v. 21, no. 3, 2001.

Costa, A. M. *A Ficção de si mesmo: interpretação e ato em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

Caon, J. L. Retrato, auto-retrato e construção metapsicológica de Serguéi Constantinovitch Pankejeff, o “Homem dos lobos”. *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano 13, no. 140/141, novembro 2000.

Dunker, C. I. L. *Usos e Funções da Construção do Caso Clínico em Psicanálise*. Anais do V Congresso Interamericano de Psicologia da Saúde – a psicanálise aplicada à terapêutica no Hospital: resultados, 2009.

Fédida, P. (1991a) A construção do caso. In: *Nome, Figura e Memória. A linguagem na situação psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1991.

_____. (1991b) O sítio do estrangeiro. In: *Nome, Figura e Memória. A linguagem na situação psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1991.

_____. (1991c) A vertical do estrangeiro. In: *Nome, Figura e Memória. A linguagem na situação psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1991.

Figueiredo, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia*

Fundamental, ano VII, no. 1, 75 – 86, 2004.

Goldenberg, R. Estrangeirice: modo de usar. In: *O estrangeiro*. Organização Caterina Koltai. São Paulo, Escuta: FAPESP, 1998.

Hassoun, J. O estrangeiro: um homem distinto. In: *O estrangeiro*. Organização Caterina Koltai. São Paulo, Escuta: FAPESP, 1998.

Kehl, M. R. “Minha vida daria um romance”. In: *Psicanálise, literatura e estéticas da subjetivação*. Organização Giovanna Bartucci. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2001.

Koltai, C. A segregação, uma questão para o analista. In: *O estrangeiro*. Organização Caterina Koltai. São Paulo, Escuta: FAPESP, 1998.

Lacan, J. (1953) O mito individual do neurótico. In: *Cadernos Freudianos Lacanianos 2*. Escola freudiana de São Paulo, Cortez Editora 1979.

_____. (1956-1957). O Seminário de Jacques Lacan, livro 4: *As Relações de Objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. (1949) “O estádio do Espelho como formador da função do Eu“. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Melman, C. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. Organização e revisão Contardo Calligaris. São Paulo: Escuta, 1992.

Nasio, J. D. Que é um caso? In: *Os grandes casos de psicose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Oliveira, N. Tafuri, M. O método psicanalítico de pesquisa e a clínica: reflexões no contexto da Universidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 15, no. 4, p. 838 – 850, dezembro 2012.

Porge, E. *Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje*. Campinas, SP: Editora

da Unicamp, 2009.

Sousa, E. L. A. (*A vida entre parênteses*) *O caso clínico como ficção*. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 11-19, 2000.

_____. Totumcalmum. A condição de exílio da escrita. In: *Psicanálise, literatura e estéticas da subjetivação*. Organização Giovanna Bartucci. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2001.

_____. *Ficções Rebeldes – trilhos, ilhas e agulhas*. Psicanálise e democracia, 2017. Disponível em: <<http://psicanalisedemocracia.com.br/2017/10/ficcoes-rebeldes-trilhos-ilhas-agulhas%C2%B9-edson-luiz-andre-de-sousa/>>. Acesso em novembro 2017.